

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CED
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA**

FLAVIO MASSANEIRO

**RAZÕES PARA ADESCONTINUIDADE DOS ESTUDOS PÓS-ENSINO
MÉDIO DE JOVENS RURAIS EM IRINEÓPOLIS/SC**

Florianópolis (SC)

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

FLAVIO MASSANEIRO

**RAZÕES PARA ADESCONTINUIDADE DOS ESTUDOS PÓS-ENSINO
MÉDIO DE JOVENS RURAIS EM IRINEÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área das Ciências da Natureza e Matemática, da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo – área de conhecimento Ciências da Natureza e Matemática.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Patricia Guerrero

Florianópolis (SC)

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**RAZÕES PARA A DESCONTINUIDADE DOS ESTUDOS PÓS-ENSINO
MÉDIO DE JOVENS RURAIS EM IRINEÓPOLIS/SC**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado para a obtenção do título de Licenciado(a) em Educação do Campo

BANCA EXAMINADORA

Prof^aDr^aPatricia Guerrero
Orientador/a

Prof^aDr^aNatacha Eugênia Janata

Prof^aDr^aThaise Costa Guzzatti

Florianópolis

2019

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre algumas razões para a descontinuidade dos estudos pós-ensino médio por parte de jovens rurais em Irineópolis/SC. Esse questionamento surgiu durante o curso de Licenciatura em Educação do Campo - UFSC, através das atividades desenvolvidas junto a Escola de Educação Básica Horácio Nunes durante o Tempo Comunidade, que se deu a partir do ano de 2014. Contudo a apresentação e defesa deste trabalho se deram no ano de 2019, esta demora para a conclusão do trabalho foi em consequência da rotina e distanciamento dos estudos por parte do autor. O objetivo principal foi evidenciar algumas razões que levam ao não ingresso no ensino superior por parte desses jovens. Para obtenção de dados, foi realizado um estudo de caso com egressos do ensino médio desta escola no ano de 2014. Foi realizada, ainda, uma revisão de literatura com autores(as) que dissertam sobre a temática da juventude rural e da agricultura familiar, seguido do cruzamento e análise dos dados obtidos. Dessa forma, foi possível concluir que os jovens rurais de Irineópolis demonstram interesse em seguir com os estudos, mas destacam as dificuldades econômicas e sociais que permeiam o ser “jovem rural” como fatores que os impedem de ingressar no ensino superior.

Palavras-chave: Jovem Rural; Ensino Superior; Educação do Campo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Irineópolis.....	20
Figura 2 – Estudantes concluintes do ensino médio.....	23
Figura 3 – Concluintes do ensino médio (Campo/Cidade).....	24

LISTA DE ABREVIATURAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

CCA – Centro de Ciências Agrárias

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PEE – Plano Estadual de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra

SECAD – Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LEDOC – Licenciatura em Educação do Campo

TC – Tempo Comunidade

TU – Tempo Universidade

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
Metodologia.....	10
1 –REFLEXÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR, JUVENTUDE RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO	11
1.1-Conceito de Educação do Campo.....	14
1.2 -Agricultura familiar, Juventude Rural e Educação em Irineópolis.....	16
2- CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS	19
2.1. Estudo de Caso: Jovens rurais de Irineópolis e o Ensino Superior.....	22
2.2-Reflexões sobre os dados	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE	37

INTRODUÇÃO

Fenômenos como o êxodo rural, envelhecimento e masculinização da população do campo são temas que tomam certo destaque no que tange à realidade da população rural brasileira.

Dentro desse quadro, destaca-se uma das causas desses fenômenos a busca por uma melhor qualidade de vida e crescimento profissional. Nesse contexto, o meio urbano é visto como o local de procura e realização de tais mudanças de vida. Algo que, por sua vez, acarreta em uma significativa alteração no meio rural e suas relações:

[...] a partir de uma visão idealizada das condições materiais de existência na cidade e de uma visão particular do processo de urbanização, alguns estudiosos consideram que a especificidade do campo constitui uma realidade provisória que tende a desaparecer, em tempos próximos, face ao inexorável processo de urbanização que deverá homogeneizar o espaço nacional (BRASIL, 2001, p. 2).

Essa mudança na realidade rural tende, ainda, a afetar de maneira drástica a produção de alimentos através da agricultura familiar, uma vez que essas mudanças refletem na composição do grupo que é a maior fonte de mão de obra na produção. O espaço da exploração familiar como correspondente à unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho são intimamente ligados à família. Dessa forma, com famílias cada vez menores, a produção, através dessa modalidade de agricultura, tende a diminuir no espaço rural.

Partindo do princípio que a Agricultura Familiar é base da organização social e econômica do município de Irineópolis-SC, local de origem do autor, assim como foco dos trabalhos acadêmicos dentro do Curso de Licenciatura em Educação do Campo-UFSC, no qual o autor é graduando, amplia-se o interesse em analisar aspectos a ela relacionados, sobretudo os assuntos ligados à juventude rural, tema estratégico para qualquer ação que busque apoiar a agricultura familiar e fortalecê-la.

Neste sentido, o presente estudo decorre de inquietações surgidas durante as observações e pesquisas realizadas nos Tempos Comunidade (TC) do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFSC (LEdoC), durante o ano de 2014¹. Curso este, que faz uso da pedagogia da alternância como princípio educativo, no qual há

¹Apesar da pesquisa e do levantamento dos dados terem ocorrido em 2014, a apresentação e defesa deste trabalho se deram no ano de 2019, esta demora para a conclusão do trabalho foi em consequência da rotina e distanciamento dos estudos por parte do autor.

existência de dois períodos pedagógicos que interagem entre si - o Tempo Universidade (TU), onde o acadêmico frequenta aulas e discute temas ligados ao curso e o Tempo Comunidade (TC), em que ocorre uma sistematização dos conteúdos trabalhados na academia com a realidade da comunidade na qual o graduando reside e conhece. Esta organização propicia a articulação entre o que se aprende na Universidade com aquilo que se vivencia na comunidade, onde o educando investiga e atua (NAWROSKI, 2010).

A articulação entre diferentes tempos formativos - TU e TC-, permite ao educando interagir com experiências da comunidade e decodificar este conhecimento na universidade, num processo uno de construção do conhecimento. Este movimento permite o não distanciamento dos sujeitos do local onde pretendem atuar como educadores, possibilitando maior aproximação e reflexão sobre a realidade (PAITER e BRITTO, 2013).

Assim, a decisão por escolher o tema jovens rurais e ensino superior foi motivada pela realidade encontrada na Escola de Educação Básica Horácio Nunes, da Rede Estadual de Ensino, na cidade de Irineópolis - SC, onde desenvolveu-se o projeto de pesquisa dentro do Tempo Comunidade (TC). As observações e pesquisas realizadas apontam para uma descontinuidade dos estudos dos jovens rurais que concluem o ensino médio. Estas observações levaram à formulação de várias questões, dentre as quais: Quais são as razões para a descontinuidade dos estudos de jovens rurais pós-ensino médio? Há outro tipo de formação ofertada para estes jovens? Qual a visão sobre o ensino superior dos jovens que optaram pela agricultura enquanto atividade profissional?

Dado este contexto, definiu-se como objetivo geral para este estudo: compreender as razões para a descontinuidade nos estudos pós-ensino médio dos jovens do campo de Irineópolis - SC. Para que este objetivo pudesse ser atingido ao final desta pesquisa, definiram-se os seguintes objetivos específicos: a) Aprofundar os conhecimentos teóricos sobre temas de base para esta pesquisa, tais como agricultura familiar; juventude rural e educação do campo; b) Realizar um panorama sobre a questão da agricultura familiar, juventude e educação no município de Irineópolis; c) Compreender a visão de jovens rurais sobre o ensino superior, buscando entender as razões para o não acesso a este nível educacional.

Para responder a estes objetivos, optou-se pela realização de um estudo de caso no município de Irineópolis, através do desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa

com estudantes que acabaram de concluir ou que estavam concluindo o último ano do ensino médio, no ano de 2014, para buscar respostas aos questionamentos até aqui levantados. Para embasar ainda mais esse processo, além da pesquisa qualitativa foi realizada uma consulta documental com levantamento de dados junto à escola, assim como revisão de literatura através de autores que dissertam sobre o assunto.

Metodologia

A consulta documental foi realizada a partir da análise do censo escolar, bem como do levantamento anual dos aprovados e reprovados da Escola de Educação Básica Horácio Nunes, de 2014. As entrevistas foram realizadas com o apoio de um roteiro previamente elaborado e aplicadas com uma parcela de alunos da Escola Horácio Nunes, que concluíram o ensino médio em 2014, oriundos do meio rural e que não acessaram ao ensino superior. Buscaram-se respostas aos objetivos do trabalho, adquiridas a partir da análise das entrevistas e cruzamentos delas com os dados obtidos em textos produzidos por outros autores sobre o tema investigado.

Laville e Dionne (1999) enfatizam que a pesquisa qualitativa é fundamental para que o estudo se aproxime dos fins principais. Segundo os autores, este modo de pesquisa para obtenção de dados, tem como objetivo principal interpretar o fenômeno estudado e compreender seu significado, além de se caracterizar como uma pesquisa intencional. Trabalhando ainda com Laville e Dionne (1999), a pesquisa qualitativa se apoia em aspectos e significados reais, buscando compreender os valores, crenças, aspirações e motivações nas relações sociais. Desta maneira, torna-se indispensável o uso da pesquisa qualitativa no estudo para obter os reais dados dos sujeitos foco da pesquisa, evidenciando as razões para a não continuidade dos estudos pós- ensino médio.

Quanto ao estudo de caso, de acordo com Ventura (2007), ele representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso únicos quanto múltiplos, assim como abordagens qualitativas de pesquisa. Este método de pesquisa mostrou-se adequado para o estudo, porque é apropriado para investigação de fenômenos, ao qual, nesta pesquisa, coube compreender quais as razões para a descontinuidade escolar pós-ensino médio de jovens residentes em Irineópolis, no ano de 2014, visando abranger uma variedade de fatores e relacionamentos.

Para realizar as discussões aqui propostas, o trabalho foi dividido em dois capítulos. No primeiro, o texto irá apresentar assuntos relacionados com os objetivos da pesquisa, a partir de análise e reflexões sobre os temas agricultura familiar e juventude rural, fazendo articulações com a Educação do Campo. Esta base de estudo será ampliada através de uma panorâmica específica sobre os temas supracitados dentro do município de Irineópolis/SC. No segundo capítulo, a partir da contextualização do município e dos jovens rurais, iremos tratar um pouco sobre a pesquisa qualitativa e as falas dos jovens, focos da pesquisa, afim de analisar as questões envolvidas no assunto jovem rural e Ensino Superior.

1. REFLEXÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR, JUVENTUDE RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Os temas de base teórica desta pesquisa serão apresentados neste capítulo, buscando estabelecer relações entre a agricultura familiar, juventude rural e educação do campo, no sentido de refletir sobre essas questões. Essas reflexões teóricas embasarão a discussão sobre a continuidade ou descontinuidade dos estudos de alunos residentes no campo que concluíram o Ensino Médio, no município de Irineópolis, em 2014.

Abramovay (1997) caracteriza a agricultura familiar e a descreve diferenciando dos aspectos principais de grande produção econômica. Para o autor:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime, e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

Fazendo referência ao trabalho familiar, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) baseia e define a agricultura familiar utilizando como referência a três características básicas: a gerência da propriedade rural é feita pela

família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

O agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ de 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento (FAO-INCRA, 1996, p. 14).

Nesse sentido, a agricultura familiar pode ser entendida com o cultivo e produção de alimentos em territórios menores quando comparados ao de grandes produtores, neste modelo de agricultura as famílias rurais administram todo o processo produtivo. É uma forma onde predomina a interação entre gestão e trabalho, que são centralizados pela família e, em alguns casos, são completados com o trabalho assalariado. Siqueira (2004) destaca que, entre os agricultores brasileiros, os agricultores familiares são os que mais geram empregos e fortalecem o desenvolvimento local, pois distribuem melhor a renda, são responsáveis por uma parte significativa da produção nacional, respeitam mais o meio ambiente e, principalmente, potencializam a economia dos municípios onde vivem.

Ademais, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a forma predominante de agricultura no setor de produção de alimentos, e também, a agricultura familiar tem um importante papel socioeconômico, ambiental e cultural.

Contemplando as características da agricultura familiar, a juventude rural está imersa no conjunto de relações sociais da realidade do campo. Como manifesta Abramovay et al (1998), no meio urbano a formação profissional não se faz sem algum tipo de política de acompanhamento ou de estímulo. Da mesma forma, como destaca Isabela Gonçalves de Menezes (2009), em seu trabalho de pós-graduação, uma pesquisa desenvolvida por Carneiro (1998) no sul e sudeste do Brasil, com ênfase no oeste catarinense, constatou que, para os jovens rurais, o desejo de permanecer no campo não implica somente em apenas assumir a profissão de agricultor (CARNEIRO, 1998 *apud* MENEZES, 2009). No meio rural, o exercício profissional dos jovens requer mais do que a aprendizagem de um ofício, envolve também “a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e capital”(ABRAMOVAY ET AL, 1998, p.18).

Nesse sentido, é interessante a análise de Stropasolas (2013) sobre os conflitos que surgem nas negociações entre diferentes gerações tanto no exercício do papel do(a) jovem como agricultor(a) quanto na gestão da propriedade. Além disso, esse autor destaca que continuar ou não no campo não é apenas uma questão de escolha, mas também de possibilidade. Os problemas que atingem o campo hoje tem um grande impacto na vida dos(das) jovens do campo. Para esse autor,

Importa destacar que os jovens vivenciam hoje uma experiência geracional singular, herdam os problemas estruturais e as conseqüências de modelos de desenvolvimento rural excludentes e insustentáveis do ponto de vista socioambiental, ao mesmo tempo que são “convocados” ou reconhecidos como protagonistas de grandes transformações desejadas para os territórios rurais. Mantidas as condições atuais, quem deles deseja assumir este papel? (STROPASOLAS, 2013, p. 5)

De acordo com Stropasolas (2013), o jovem do campo se encontra em meio a uma situação complexa: muitos desejam ficar no campo, mas não desejam assumir um modelo no qual não se encaixam e, muitas vezes, com o qual não se identificam. No qual, também, não tem lugar de escolha e nem de atuação nos processos de decisão de questões que afetam a unidade familiar ou da gestão da propriedade, geralmente centrada na figura do pai.

Isso, muitas vezes, é explicado pela falta de experiência do jovem e por uma certa maneira de se compreender a juventude. Siqueira (2004) estabelece uma leitura comum que atravessa o debate sobre juventude: juventude como um período da vida, uma transição para a vida adulta, numa perspectiva de que a juventude é entendida como um período transitório, de preparação para o mercado de trabalho. Genericamente, a juventude acaba sendo pensada a partir de um ponto de vista de um momento preparatório para a “vida adulta”.

Nesse contexto, Amit-Talai (1995 *apud* Castro, 2004) apresenta uma importante reflexão sobre a concepção de juventude a partir da definição de transitoriedade, isto é, de juventude como período de transição. O peso da transitoriedade aparece como uma “marca” recorrente nas definições e percepções sobre juventude nos mais diferentes cenários e contextos. Ademais, afirma que juventude é uma categoria social que, comumente, relega aqueles assim identificados a um espaço de especulações nas relações sociais, dentro do círculo familiar, escolar e na comunidade. Diretamente, o jovem é associado à futuro e à transformação social.

Castro (2004) afirma que o olhar para determinados indivíduos a partir da ideia de que estão numa fase de transição do ciclo-de-vida, transfere para o jovem, assim

identificado, a imagem de pessoas em formação, incompleto, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos, que precisam ser regulados, encaminhados. Isto tem implicações desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão.

Juventude é sem dúvida mais que uma palavra. Ao acionar juventude como forma de definir uma determinada população, um movimento social ou cultural, ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se auto-definir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam em relações entre pessoas, classes sociais, relações familiares, relações de poder, etc. Isto é, pessoas que vivem a experiência da vida como jovens, e assim são tratados (CASTRO, 2004, p.14).

Ainda para Castro (2004), os que são identificados como jovens rurais no Brasil são percebidos como uma população específica, uma minoria da população jovem do país, marcada por uma invisibilidade e por um processo de migração para os centros urbanos. A partir de tal concepção de juventude rural brasileira, para postular a Educação do Campo é necessária uma caracterização na qual fique expressa a natureza da identidade específica que represente a Educação do Campo e qual a sua importância na formação desses jovens e nas suas perspectivas de permanecerem no campo.

Arroyo (1992) remete que a expressão "Por uma educação do Campo" é fruto de uma série de discussões, nas quais são envolvidos os protagonistas, de fato, dessa modalidade: educadores e educandos do campo (ARROYO, 1992). Em linhas gerais, Arroyo afirma que essa expressão traz em si uma postura que assume a especificidade da Educação do Campo, pois rompe com a ideia de que a escola, no campo, deve se constituir como uma extensão ou um apêndice das escolas urbanas (MARTINS, 2009 *apud* ARROYO, 1992).

1.1-Conceito de Educação do Campo

No paradigma da Educação do Campo, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD, 2004), em referenciais para uma Política Nacional de Educação do Campo preconiza “a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor”. Ao mesmo tempo, considera e respeita a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, contrariando a pretensão da superioridade do urbano sobre o rural, e admitindo variados modelos de organização da educação e da escola (SECAD, 2004, p.13).

Nessa perspectiva, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desempenhou e tem desempenhado um papel imprescindível, pois engrena a luta por uma Educação do Campo capaz de formar sujeitos do campo para o campo (FIGUEIRA E RIBAMAR, 2011, p. 3).

O MST vem sendo um dos sujeitos centrais na luta pela Educação do Campo, pensando as áreas de assentamento e acampamentos especialmente. Trata-se de uma proposta que tenta desenvolver uma concepção humanista e crítica da educação, sustentadas em teoria da aprendizagem sociocultural (SOUZA, 2006, p, 57).

O conceito de Educação do Campo transcorre da ideia de reivindicar e, simultaneamente, construir um modelo de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos(as) camponeses(as), compactuando com o objetivo de estabelecer um sistema público de ensino para o campo, baseado no paradigma pedagógico da educação como elemento de pertencimento cultural.

O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, desenvolvido em 2015, destaca que a Educação do Campo deve ser oferecida pelos sistemas de ensino de modo que atenda às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: quanto aos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural, quanto à organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e quanto à adequação à natureza do trabalho na zona rural (SANTA CATARINA, 2015, p. 63) Contudo, o campo necessita ser pensado a partir das vivências do campo, não a partir das vivências do meio urbano.

Arroyo e Fernandes, afirmam que não basta ter escolas no campo, é necessário construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história, e à cultura do povo trabalhador do campo (ARROYO e FERNANDES, 1999 *apud* SANTA CATARINA, 2015, pg. 65).

No que se refere à escolarização da juventude do campo, em especial ao ensino médio e superior, a escola é um importante espaço de socialização e de sociabilidade, considerada “caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida que culminaria com a sua inserção no mundo do trabalho” (SPOSITO, 2005 *apud* MENEZES, 2013, p. 3). A escola “é provedora de ensinamentos para o dia a dia,

competindo, inclusive, com os pais na socialização dos filhos e podendo introduzir tensões no universo das relações familiares”(MENEZES, 2013, p. 3).

Como o Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE) destaca, expandir o acesso ao Ensino Superior é, conseqüentemente, um grande desafio para aumentar a escolaridade média da população. Segundo o Plano Estadual de Educação (PEE) de Santa Catarina, de 2015, o IBGE destacou que a população matriculada na Educação Superior, em 2013, a maioria (55,9%) está na faixa etária recomendada para este nível de ensino (18 a 24 anos), representando 165.357 jovens, e também, um comparativo de 2013 com 2009, constata-se um aumento de 16,3% no total de matrículas na graduação (SANTA CATARINA, 2015).

No entanto, mesmo considerando os avanços legais, a Educação Superior assim como a Educação Básica, ainda apresenta grandes desigualdades na qualidade do ensino, no acesso e na permanência de estudantes, principalmente pelos jovens e povos oriundos do campo. Visando sanar essa dificuldade de acesso dos jovens do campo ao ensino superior, o Observatório do PNE destaca que promover a interiorização das instituições, aumentar o número de vagas e criar mecanismos de inclusão de populações marginalizadas são algumas medidas que devem ser desenvolvidas (OBSERVATÓRIO PNE, 2015).

1.2-Agricultura familiar, juventude rural e educação em Irineópolis

Sobre a questão da agricultura familiar, juventude rural e educação no em Irineópolis – SC cabe aqui realizar um panorama específico sobre os temas acima apresentados, ponderando especificidades e a maneira que os mesmos são vistos e tratados no município.

Todos os dados a seguir foram disponibilizados pela Prefeitura Municipal e também encontrados no Plano Municipal de Educação (PME), sob a Lei nº 1843/2015. A Educação no município de Irineópolis dispõe de Rede Pública Estadual e Municipal. A Rede Estadual conta com a Escola de Educação Básica Horácio Nunes, com Ensino Fundamental e Médio. A Rede Municipal conta no espaço rural com quatro Escolas do Campo, que oferecem atendimento aos anos iniciais e estão localizadas nas comunidades de Poço Preto, Vila Nova, Serrinha dos Gonçalves e Serra Grande; e dois Núcleos Escolares que atendem Educação Infantil e Ensino Fundamental: o Núcleo

Escolar Presidente Adolfo Konder, situado na localidade de São Pascoal e o Núcleo Escolar Guilherme Bossow, situado na localidade de Rio Branco.

Ainda no espaço rural é oferecido o atendimento à Educação Infantil em oito creches, localizadas nas comunidades de: Colônia Escada, Serra Grande, Vila Nova, Pedra Branca, São José, Santo Antônio, Serrinha dos Gonçalves e Rio Vermelho. No perímetro urbano existem dois Grupos Escolares que atendem à Educação Infantil e Anos Iniciais: o Grupo Escolar Zélia Milles, situado no Bairro São Francisco e o Grupo Escolar Dalmo Edson Sfair, situado no bairro Nossa Senhora Aparecida (IRINEÓPOLIS, 2015).

Segundo dados estimados pela Secretaria Municipal de Educação, disposto no Plano Municipal Decenal de Educação de Irineópolis, no ano de 2014, as escolas atenderam o percentual de 33,96% das crianças de 0 a 3 anos, 86,72% das crianças de 4 e 5 anos e 88,11% da população de 6 a 17 anos. Esses dados vêm num crescente se comparados aos obtidos nos últimos censos de 1991, 2000 e 2010. Segundo as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), deve se universalizar o acesso para os alunos de 4 a 17 anos e atender 50% das crianças de 0 a 3 anos até o final do Plano (IRINEÓPOLIS, 2015).

Segundo o PCN/Ensino Médio, a LDB define como finalidades do Ensino Médio a preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania. Determina, ainda, uma base nacional comum e uma parte diversificada para a organização do currículo escolar (PCN/EM, 2000, p.25).

A população que compreende a faixa etária de 15 a 17 anos vem reduzindo vagarosamente no município, como mostram os indicadores demográficos e educacionais: para o ano de 2000 o total da população urbana e rural compreendida entre 15 a 17 anos era de 657 habitantes, e para o ano de 2010 era de 589 e, segundo os dados observados nas idades anteriores, essa tendência deve permanecer.

O percentual da população com faixa etária de 15 a 17 anos que frequenta a escola em Irineópolis era de 74,5%. Esse percentual difere da taxa líquida de frequência à escola, tal representa a razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista (15 a 17 anos) para estar cursando determinada etapa de ensino e a população total na mesma faixa etária (MENESES e SANTOS, 2001) de escolarização do ensino médio, este percentual era de 50,5% da população caracterizando que dos jovens de 15 a 17 anos que residiam no município, no ano de 2014, ou seja, 25% não frequentavam escola e, apenas metade deles, estava no Ensino Médio (IRINEÓPOLIS, 2015-2024).

Enfatizando pontos relacionados com o Ensino Superior, denota-se que cursos superiores, e mesmo cursos técnicos, são inexistentes no município. Nas cidades vizinhas, existem algumas faculdades e universidades, e várias escolas técnicas, porém como estes mesmos apenas são encontrados fora de Irineópolis/SC, para alguns residentes torna-se inviável dar continuidade aos estudos.

Para tanto, realizando articulações referentes à economia das famílias oriundas do meio rural, observa-se que a mesma depende da interação familiar no trabalho na propriedade. Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina no município de Irineópolis –SC, apresentou que a renda econômica da grande maioria dos estabelecimentos familiares é declarada como resultado do trabalho do homem, denominado o chefe da família (CAZELLA, BÚRIGO, ROVER, 2014).

Apesar desse resultado, o Estudo socioeconômico a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar² no município de Irineópolis - SC (2014), observou nas famílias irineopolitanas, quase indistintamente entre as propriedades, que as mulheres realizam trabalhos geradores de renda econômica concomitantemente e complementarmente ao trabalho dos homens (CAZELLA, BÚRIGO, ROVER, 2014), tornando a gestão dos rendimentos econômicos em conjunto, reforçando, assim, que a gestão do trabalho produtivo é compartilhada com a sua execução (ALMEIDA, 1997). É importante também destacar que o trabalho não agropecuário é realizado majoritariamente pelas mulheres no contexto da unidade familiar, tais como o trabalho doméstico, a preparação da alimentação, os cuidados com a família, dentre outros.

Entretanto, o Estudo socioeconômico a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar no município de Irineópolis - SC estabelece que as estratégias de produção orgânica ou agroecológica no município ainda são rudimentares e poderiam representar alternativas de uma nova produção, que aumentasse o interesse de jovens em permanecer à frente dos estabelecimentos familiares. Há uma importante frente aberta para o desenvolvimento da agricultura familiar, voltada para produtos com qualidade e valor superior. No seu conjunto, esses aspectos revelam que, no município, o rural não deve ser considerado como lugar do atraso pelos jovens, e sim um importante elemento para fortalecer o desenvolvimento de todo o território (UFSC/CCA, 2014).

²Disciplina dos cursos de Agronomia e Zootecnia, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC), realizada semestralmente em diferentes municípios de Santa Catarina com as famílias de agricultores selecionadas para receber um estudante de graduação durante 21 dias em suas residências e nas suas unidades produtivas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC

A concepção de campo e educação para os jovens rurais do município de Irineópolis/SC aproxima-se de várias experiências e vivências relacionadas às questões sociais, econômicas e culturais que formam os núcleos familiares. Neste capítulo, trataremos o tema aprofundando o estudo a partir de algumas falas desses jovens sobre essas questões, obtidas durante a realização da pesquisa, além de buscar compreender o contexto no qual estes(as) jovens estão inseridos. Dessa forma, essa parte do texto tem por objetivo, primeiramente, situar o município de Irineópolis/SC, focando nas questões sociais, econômicas e educacionais. Os dados aqui apresentados decorrem de pesquisas anteriores com base em sites oficiais.

O Plano Municipal Decenal de Educação de Irineópolis/SC, no ano de 2014, caracteriza que as terras que hoje formam o município foram povoadas por imigrantes e descendentes de alemães, poloneses e italianos, por meados da década de 40, que trouxeram e aplicaram seus conhecimentos, auxiliando, assim, no desenvolvimento da região. No entanto, antes do avanço dos imigrantes, as terras que hoje pertencem ao município de Irineópolis, eram povoadas por comunidades tradicionais, como cablocos, indígenas e ribeirinhos. Nesta época, o território do município era pertencente à cidade vizinha, Porto União. Com o passar do tempo, uma importante família veio se estabelecer às margens do Rio Iguaçu, desmembrando o território da cidade de Porto União, que passou a se chamar Valões, em decorrência do sobrenome da família, Valox.

A emancipação político-administrativa deu-se através da Lei n.º 820 de 23 de abril de 1962, verificando-se a sua instalação em 22 de julho do mesmo ano. Neste mesmo ato, passou-se a chamar Irineópolis, em homenagem ao comerciante, banqueiro e industrial, Sr. Irineu Bornhausen, este natural de Itajaí/SC, líder político em sua região e que governou o estado catarinense de 1951 a 1956 (IRINEÓPOLIS, 2015).

Localiza-se no planalto norte catarinense, o principal acesso é pela SC-460 (Rodovia Oscar Eugênio Grossl), a partir da rodovia SC-280, para quem vem sentido a Canoinhas (7km até a cidade). Há também o acesso secundário, melhor opção para quem vem sentido a Porto União (5km até a cidade). Ambas cidades vizinhas. Há,

ainda, a possibilidade de chegar pela balsa que cruza o Rio Iguaçu, na divisa com Paula Freitas/PR. (GOOGLE MAPS, 2014).

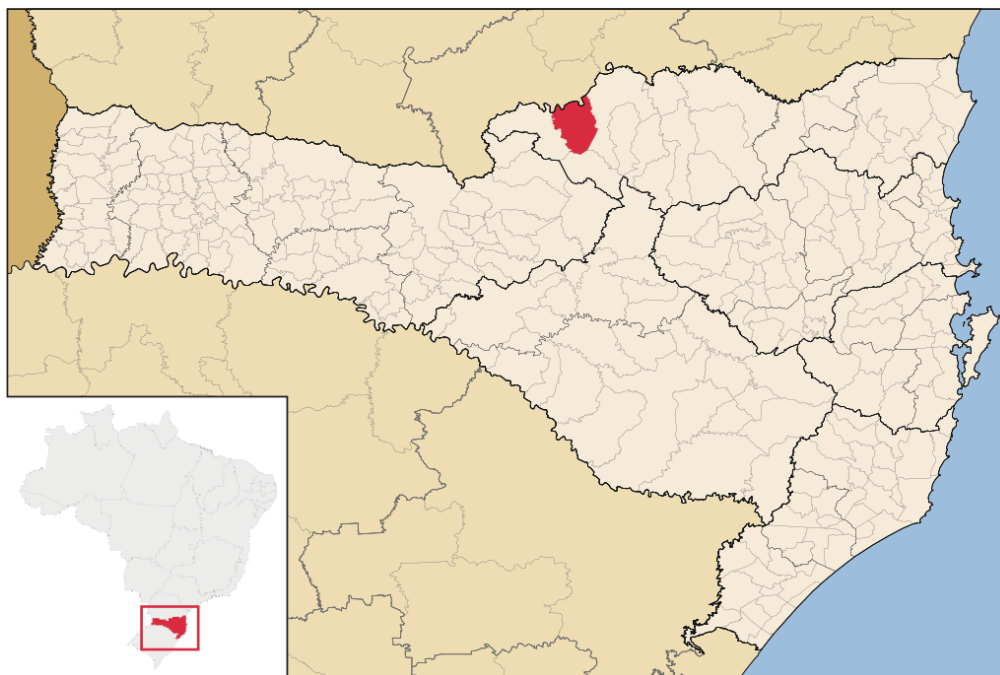


Figura 1: Localização de Irineópolis/SC. (Fonte: Google Maps, acessado em 22/05/2015).

Contudo, os aspectos populacionais demonstram que a população de Irineópolis apresentou um aumento de 10,4% desde o último Censo Demográfico realizado em 2010. De acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2010, a população era composta de 10.448 habitantes. Residentes no meio rural somavam 6.929 (66,31%) pessoas e, no urbano, 3.519 (33,68%). Isso significa que dois terços da sua população viviam no campo. Para o ano de 2014, Irineópolis contava em torno de 11.000 habitantes, segundo estimativa do IBGE.

A taxa média anual de crescimento da população comparado com dados do Censo de 2000 e 2010 demonstram uma taxa média de crescimento populacional de 1,10% ao ano. Para 2014 a densidade demográfica do município era de aproximadamente de 18,2 habitantes por Km².

A distribuição populacional por gênero segundo dados do IBGE extraídos do Contagem Populacional 2010 aponta que, no município, os homens representam 51,3% da população e as mulheres, 48,7%. Destacando que a população de 06 a 14 anos era de 1.741 habitantes, e a de 15 a 17 anos era de 589 habitantes no município.

Segundo o site Info Escola e os autores Borba, Sereniski e Massaneiro (2012), a estrutura etária de uma população habitualmente é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 anos até 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização, no município de Irineópolis, em 2007, os jovens representavam 37,2% da população, os adultos 52,7% e os idosos, 10,1% (BORBA, SERENISKI & MASSANEIRO 2012). Os dados de 2010 encontrados são eventualmente os mais atualizados.

Essa composição da população rural do município de Irineópolis, segundo o IBGE para o ano de 2010, é de 6.929 habitantes. Isso faz com que a sua economia esteja intimamente ligada ao setor agrícola. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2010, as principais produções agropecuárias do município são provenientes da lavoura temporária, da pecuária (IBGE, 2006), da extração vegetal e da silvicultura (IBGE, 2013).

Em 2013/2014, a economia do município baseava quase totalmente nas áreas agrícolas, correspondendo a 85% do orçamento municipal. No município, as principais atividades realizadas são plantio de milho, soja, feijão e o fumo (IBGE, 2013). O município também produz frutos e hortaliças diversos, como tomate, beterraba, morango, abobrinha, couve-flor, pepino verde, tubérculos em geral, comercializados no município. Quase todas as propriedades rurais têm horta domiciliar. Tem-se a produção artesanal de geléias, manteiga, requeijão e embutidos, criação de frango colonial, além da existência de uma agroindústria familiar que produz canjica, pipoca, farinha integral de trigo e centeio e uma agroindústria de beneficiamento de mel. Juntamente, há produção de leite e criação de animais, principalmente bovinos e suínos, como afirmam os autores Borba, Sereniski e Massaneiro (2012). Os outros 15% da economia ficam divididos entre comércio e o turismo (IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO, 2013).

Partindo da interlocução com os sujeitos da escola, dentre eles diretores, equipe pedagógica e alunos, cabe aqui analisar, de forma breve, a organização do contexto da escola e princípios da organização do conhecimento dentro do espaço escolar.

A Escola de Educação Básica Horácio Nunes é de incumbência estadual, localizada na área geográfica considerada centro de Irineópolis/SC. Atende a estudantes de várias localidades do município, em especial no ensino médio, sendo a única da cidade a oferecê-lo. Os estudantes do interior correspondem à cerca da metade do quadro de alunos da escola. A escola conta com aproximadamente 900 alunos. São oferecidos ensino dos Anos Iniciais do Fundamental até o último ano do Ensino Médio,

contando com o ensino profissionalizante, como se caracteriza no PPP Escolar, o Magistério (PPP, 2014, p. 14)

A mesma apresenta aspectos que correspondem à pedagogia da Escola Nova (DEWEY, 1859 – 1952 *apud.* NAWROSKI, 2010) e Tecnicista (LDB – 5692/71). Segundo Borba, Sereniski e Massaneiro (2012), os métodos de ensino encontrados no âmbito escolar são característicos dos campos pedagógicos já citados. Destacam-se o uso de materiais didáticos específicos para todos os níveis de ensino, como livros, apostilas e principalmente o emprego de tecnologia, baseando-se na utilização de aparelhos audiovisuais acessando filmes, documentários e a internet como modo de pesquisa e didática. Do movimento tecnicista identificou-se a formulação dos conteúdos e projetos escolares, visando à formação para posteriormente os estudantes entrarem no mercado de trabalho. Considera-se, também, como campo da pedagogia tecnicista, o curso de magistério oferecido no colégio, o qual tem como principal objetivo formar professores, ou, ao menos, habilitá-los para dar aula (BORBA, SERENISKI & MASSANEIRO, 2012).

Contudo, a possibilidade dos(as) jovens oriundos do campo cursarem uma faculdade dentro de Irineópolis é, atualmente, impossível, pois não existe nenhuma escola técnica ou de ensino superior no município. Partindo desse ponto, os municípios vizinhos, como Canoinhas, Porto União e União da Vitória são os que detêm esses tipos de formação acadêmica, que podem ser tantos em instituições públicas ou privadas, onde varia muito as opções. A cada ano que avança, as instituições de ensino ampliam as ofertas de cursos, que giram em torno de cursos como administração, agronomia, medicina veterinária, ciências contábeis, letras, engenharias e muitos outros cursos. As alternativas para os jovens não saírem do campo e continuarem seus estudos seriam: cursos à distância, via internet, ou se deslocar diariamente até outras cidades onde existem pólos estudantis. Para compreender melhor essa questão, passaremos ao estudo de caso.

2.1. Estudo de Caso: Jovens Rurais de Irineópolis e o Ensino Superior

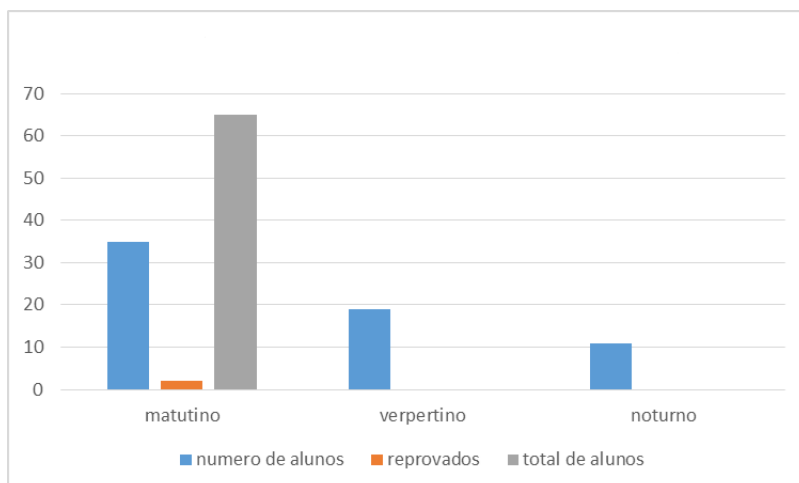
A fim de compreender a visão de jovens rurais sobre o ensino superior e buscar entender as razões para o não acesso a este nível educacional, optou-se por realizar um

estudo de caso, aplicando questionários base³, colhidos com autorização prévia de cada jovem, sendo que se teve o cuidado para que ninguém fosse identificado pelos documentos recolhidos. De acordo com cada situação e respostas obtidas, na seqüência foram elaboradas outras perguntas que não estavam implantadas no questionário base. Essas novas questões surgiram no decorrer de cada entrevista a partir das respostas de cada entrevistado, tendo como principal objetivo complementar as questões pré-estabelecidas, dentre as quais cabe citar a indagação sobre o motivo de não estarem mais residindo com os pais, assim como, as principais razões que levaram ao abandono, ou não, do sonho de cursar o Ensino Superior.

Para definição do tamanho da amostra de pesquisa, partiu-se dos dados de todos os concluintes do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Horácio Nunes, em 2014. A mesma é uma escola estadual e está localizada no centro de Irineópolis, atendendo estudantes de várias localidades do município, em especial no Ensino Médio, sendo a única a oferecê-lo.

No que diz respeito ao Ensino Médio, a escola apresentava - no período da pesquisa - três turmas do terceiro ano, totalizando 65 alunos formados sem nenhuma desistência ou reprovação no ano de 2014. Dentre o levantamento realizado, tiveram 29 alunos oriundos do meio urbano e 36 do meio rural. Sistematizando os dados coletados na escola temos:

Gráfico 1- Estudantes que concluíram o ensino médio em 2014.

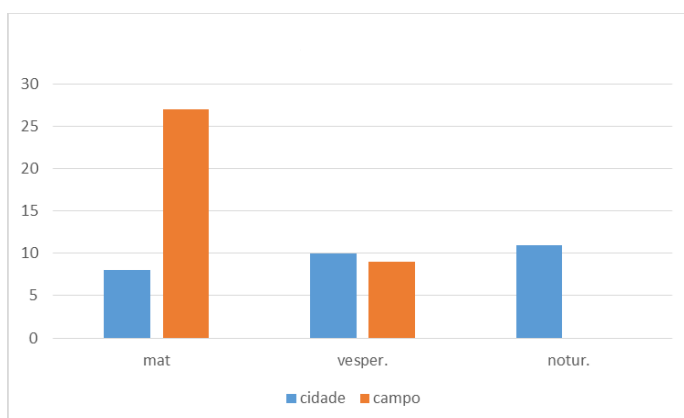


Fonte: própria do autor.

³O questionário base encontra-se no Apêndice.

No gráfico 2, está disposto a relação Campo/Cidade do total de alunos que concluíram o Ensino Médio em 2014. Nos três turnos está disposto para a área urbana um total de 29 alunos, sendo no matutino 8, no vespertino 10 e no período noturno 11. O total de alunos da área rural distribuídos nos três períodos soma 36, sendo que no período matutino são 27, no vespertino 9 e no noturno não possui estudantes da área rural, por conta da distribuição do transporte escolar que é oferecido apenas durante o dia.

Gráfico 2: Concluintes ensino médio (Cidade/Campo).



Fonte: própria do autor

Em uma primeira etapa da pesquisa foi buscado contato com todos os 36 alunos da área rural para um diagnóstico prévio sobre a continuidade dos estudos pós-ensino médio. Do total, 3 afirmaram estar cursando faculdade, 31 não estavam estudando e 2 não foi possível contato ou aproximação. Dentre os 31 jovens, decidiu-se entrevistar 10 pessoas, sendo 5 homens e 5 mulheres. A faixa etária dos entrevistados compreende entre 18 e 19 anos. Dos mesmos, apenas uma jovem era mãe, no período da pesquisa. Dentre os envolvidos, a participação dos mesmos na agricultura evidencia uma realidade bastante discutida no que tange ao assunto dos jovens rurais e permanência no campo, levando em conta que dos entrevistados apenas dois ainda executam efetivamente atividades ligadas à agricultura, todos os demais se encontravam realizando outros ofícios ou buscando novas oportunidades, como por exemplo, trabalhando em uma farmácia, com uma oficina mecânica, como eletricista, entre outros.

Os critérios de seleção utilizados foram, primeiramente, a disponibilidade dos envolvidos em concordarem em participar da pesquisa. O segundo critério está relacionado às localidades onde os entrevistados residiam, com a intenção de envolver e abranger maior espaço territorial possível, buscando escolher os sujeitos de

comunidades diferentes para, assim, ampliar a área de estudo, não simplesmente focando em uma determinada região do município, com o objetivo de fiscalizar se o mesmo fenômeno da (des)continuidade escolar ocorre em todas as localidades do município ou não.

Levando em consideração a vivência dentro da escola através dos TCs e execução do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) por parte do autor, a aproximação com os sujeitos foco da pesquisa foi facilitada. O convite para participação no trabalho foi feito através de redes sociais, ligações telefônicas e até mesmo por recados intermediados por familiares ou amigos. Em um segundo momento, a escola e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irineópolis foram utilizados como ponto de encontro e aplicação do questionário. Cabe aqui ressaltar que as questões discutidas foram mediadas pelo autor, apenas com a presença de cada entrevistado.

O estudo proporcionou destacar que as atividades realizadas por parte da maioria dos responsáveis desses jovens baseiam-se na agricultura, especificamente na cultura de cereais (soja, milho, trigo) e principalmente na fumicultura (fumo). Em alguns casos, a mulher desempenha outras funções, não apenas na agricultura e na casa, mas trabalhando como assalariada como, por exemplo, lecionando em uma das escolas rurais, de onde teve formação através do curso magistério ou, em outros casos, como diarista. Vale destacar que, em uma menor proporção, temos ainda famílias que desenvolvem como atividade principal a pecuária (criação de gado leiteiro).

Sobre as ocupações e atividades de trabalho dos jovens, dentre os 10 entrevistados apenas 01 afirma continuar efetivamente na agricultura, os demais realizam trabalhos informais, os chamados “bicos”, ou têm alguma outra ocupação fora da atividade agrícola. Um terço, ainda realizam alguma atividade na propriedade, junto com outra ocupação.

Entretanto, todos se consideram jovens rurais, principalmente pelo fato de terem nascido e criados no meio rural. Contudo, metade dos entrevistados não pretende continuar nas atuais atividades que desempenham. Quando indagados sobre esse aspecto, os que se mostraram “insatisfeitos” com seus ofícios, observaram que pretendem mudar para outro emprego em uma cidade maior, porque anseiam por uma carreira profissional promissora. Para alcançar tais objetivos, demonstram acreditar que o Ensino Superior facilitaria e contribuiria de maneira positiva para seu sucesso profissional, essa visão é mais clara entre as mulheres, as quais buscam sua efetiva independência financeira, mas também ocorre entre os homens.

Sobre o grau de instrução escolar dos pais desses entrevistados, os dados obtidos denotam que os chefes das famílias, pais e mães, têm apenas o a educação básica, que este é nível de ensino correspondente aos primeiros anos de educação escolar ou formal. Outra característica importante, que foi possível observar nas famílias, é que com relação aos responsáveis familiares dos entrevistados, o grau de instrução escolar das mulheres é superior ao dos homens. Em praticamente todas as entrevistas, enquanto os homens concluíram o Ensino Fundamental, as mulheres terminaram o Ensino Médio e, também, teve um caso de formação no Magistério.

Perguntando sobre o porquê dos pais ou mães não terem dado continuidade nos estudos ou não terem terminado, o relato dos jovens basicamente ficou em torno do pensamento “que para estar na roça não precisa estudar”. Visão esta que tende a ser desmistificada pela proposta da Educação do Campo, através da valorização do jovem rural e “desrotulação” do campo como um local de retrocesso, ou seja, construir junto aos jovens rurais uma nova visão de campo, na qual o desenvolvimento profissional e pessoal possa ser alcançado sem que seja necessária a saída de seu local de origem.

Na sequência, perguntado a eles se acham necessário continuar os estudos, as respostas foram genéricas e bem impactantes: “*Depende. Se for para fica na roça não precisa*” como relata uma jovem de 18 anos. Contudo, essa visão não se limita apenas às mulheres, mas também aos homens como relatado durante as entrevistas. Uma das justificativas para essa resposta fica a cerca de que para fazer uma boa plantação e obter lucro, basta usar o trabalho braçal, porque as partes técnicas da produção são gerenciadas pelas empresas fumageiras, disponibilizando técnicos e agrônomos para tal. Nesse contexto, podemos identificar dentre os estudantes que pretendem iniciar uma formação superior, relacionada ao meio rural, a intenção de diminuir a dependência técnica das empresas, aumentando, assim, a sua autonomia no processo de produção e estabelecendo um contraponto ao discurso de que “para ficar na roça não precisa estudar”, como destacado nesta fala de um jovem de 18 anos “[...] *sempre quis fazer agronomia. Porque entendo bastante de lavoura e posso usar aqui em casa, não precisa pagar um engenheiro da Big Safra pra fazer a inspeção[...]*”. Nesse sentido, autores voltados para proposta da Educação do Campo enfatizam a importância de uma escola, que não apenas capacite para o trabalho, mas principalmente desenvolva junto ao sujeito uma concepção crítica de sua realidade.

A escola deve dar aos alunos uma formação básica social e técnica suficiente para permitir uma boa orientação prática na vida; ela deve assumir antes de tudo um caráter prático a fim de facilitar ao aluno a transição entre a escola e a realidade integral da existência, a fim de capacitá-lo a compreender seu meio e a se dirigir autonomamente; ela deve acostumá-lo a analisar e explicar seu trabalho de forma científica, ensinando-lhe a do problema prático à concepção geral teórica, a demonstrar iniciativa na busca de soluções (PISTRAK, 2000, p. 90).

Em suma, realizando as perguntas mais focadas e diretas sobre o Ensino Superior e a relação de cada família com o assunto, nota-se que os pais e mães dos jovens incentivam os(as) mesmos(as) a saírem do meio rural em busca de “uma vida melhor”, e conseqüentemente, o ingresso em um curso superior é visto como uma das alternativas para esse fim. Relatos apontam que os pais dos jovens anseiam para eles um caminho diferente dos próprios, que saiam do campo ou tentem alternativas diferentes de produzir renda no espaço rural. Os jovens chegam a concordar com a visão de seus pais, como demonstra a fala de um jovem de 18 anos: “*Sim! Pra mim não ter que trabalhar na agricultura pro resto da vida, e se dar bem*”. Porém, esses incentivos ficam apenas em palavras, pois a realidade descrita pelos entrevistados em conversa informal mostra-se totalmente diferente.

Sobretudo, o desejo por parte dos pais de que seus filhos sigam um caminho diferente dos seus, decorre principalmente pela desvalorização do trabalho na agricultura. Por outro lado, no meio urbano, também tem existido uma desvalorização do trabalho desses jovens, muitas vezes, pela não oportunidade de formação, pela falta de experiência ou pelo aumento do desemprego que tem atingido várias camadas da população. Nesse contexto, surgem às dificuldades em concretizar tal propósito, sejam elas, dificuldades econômicas, sociais e culturais. Castro (2004) afirma que o “sair e ficar” do campo é mais complexo que a leitura da atração pela cidade, e nos remete à análise de juventude rural como uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo (CASTRO, 2004, p. 179).

Uma análise mais significativa sobre as relações entre pais e filhos nos permite observar que há divergências de opiniões nas decisões que envolvem o desenvolvimento da propriedade rural. Essas divergências e conflitos de posicionamentos quanto ao desenvolvimento da propriedade, desdobram-se em dois modos principais, o intergeracional e o de gênero que, por conseqüência acabam também interferindo nas possibilidades de continuar ou não os estudos. Esses conflitos de opiniões agem diretamente, também, nas decisões que envolvem a sucessão familiar na propriedade

rural, atrelados com outras questões como, a falta de autonomia financeira e a carência de incentivos à permanência do jovem no campo que contribuem significativamente para a tomada de decisão no que se refere a sair ou ficar na propriedade rural/familiar (STROPASOLAS, 2013).

Esses dois modos de conflitos são evidenciados nas falas registradas na pesquisa realizada com os jovens selecionados. Dentre as quais, destacam-se duas principais, a primeira foi relatada por um jovem de 18 anos, qual diz *“meu pai é um bicho burro, ele não escuta o que a gente fala, depois dá errado e a culpa é minha, mesmo eu falando que não era pra fazer daquele jeito”*. Essa fala caracteriza o conflito intergeracional, pois há espaço para o diálogo entre pai e filho, contudo sem a aceitação do pai. A outra fala ilustra tanto o conflito intergeracional quanto o de gênero, citada por uma jovem de 18 anos, que saiu da propriedade dos pais para trabalhar em uma farmácia, *“era a única coisa que encontrei pra trabalhar e é de uma amiga minha, daí ela me chamou pra trabalhar com ela, e como em casa não tinha salário para comprar minhas coisas, resolvi aceitar”*. Como afirma Castro (2004), o conceito de jovem rural já o coloca em posição de inferioridade na hierarquia familiar, o deixa em certa condição de submissão, e ser a jovem rural representa um nível de inferioridade ainda maior perante a hierarquia familiar.

Para estes jovens, a desmotivação em permanecer na propriedade rural se dá por meio de alguns fatores já mencionados e também pela falta de confiança da parte das família sem seus filhos, no que se refere à tomada de decisões dentro da propriedade rural. Essa desmotivação leva esses jovens a procurar novas formas de ocupação fora da propriedade, o que fica evidenciado através da fala de um jovem de 19 anos, *“ já falei pro pai deixar de plantar fumo, porque só se mata coiendo fumo, pra vim a empresa e leva tudo o lucro”*. Nesse sentido, a educação assume o papel fundamental na vida desses jovens para que se tornem independentes e autônomos, isso ocorre tanto para aqueles jovens que optam em ficar ou sair da propriedade.

Objetivando a pesquisa, e afunilando as questões sobre o acesso ao Ensino Superior, apenas um dos jovens relatou não ter interesse em cursar a faculdade. Observa um jovem de 18 anos: *“As razões são de que eu não preciso disso agora e que também não sobra tempo”*. Indagado sobre as razões que o levaram ao desinteresse em prosseguir com os estudos, o mesmo relata que devido à doença do pai não lhe sobra tempo e dinheiro para tal propósito. No entanto, os(as) demais jovens foram objetivos quanto a esse ponto, todavia enfatizam que as condições para estudar não são

favoráveis: *“Em primeiro lugar a dificuldade em deslocamento até a faculdade, segundo a falta de verba e dificuldade para fazer financiamento, pela crise que se encontra em nosso país”* como diz um jovem entrevistado de 18 anos.

Por fim, todos os jovens interessados em fazer um curso superior relataram que veem no Ensino Superior uma porta de saída para mudar de vida, como justifica uma entrevistada de 18 anos: *“Claro que quero, ainda vou fazer. Para sair dessa cidade que não tem futuro de continuar aqui”*. Muitos visam sair do local onde residem e conseqüentemente da agricultura.

Dentre os cursos escolhidos por esses jovens, destacam-se os ofertados nas instituições mais próximas do município, os quais podemos citar os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Administração, dentre outros. Entretanto, o custo para iniciar e continuar sua formação, na maioria dos casos, os impedem de concluir.

Quando questionados sobre o abandono do campo e sobre seu futuro, os jovens demonstraram um receio e incerteza, e muita preocupação, pois isto não está baseado apenas em deixar o campo em si, mas em deixar Irineópolis, e a justificativa é de que o *“município de Irineópolis não dá futuro pra ninguém”* - justificativa dada por 6 entrevistados. Então, a partir disso, deixando Irineópolis rumo a outras cidades, compreende-se que o campo será deixado pelos jovens também.

2.2-Reflexões sobre os dados

Cabe neste tópico realizar uma análise das questões envolvendo o assunto jovem rural e Ensino Superior em Irineópolis e relacionando-os com os objetivos deste trabalho. Entretanto, esta análise não se restringe às observações feitas dentro do campo acadêmico, pois também engloba observações feitas pelo autor dentro município em questão, local onde nasceu e foi criado.

No que se referem aos motivos que levam à descontinuidade dos estudos pós-ensino médio por parte dos jovens rurais irineopolitanos, baseando-se no grupo de jovens que participaram da pesquisa, podemos considerar como um fator crucial o fator econômico, principalmente pelo fato de que, em grande maioria, esses(as) jovens pertencem à famílias de pequenos agricultores. Fator este que ganha maior intensidade pelo fato de não haver oferta deste nível de ensino dentro do município, o que faz com que seja necessário o deslocamento diário daqueles que desejam frequentar um curso

superior, ou até mesmo, com que seja necessária mudança de endereço para cidades vizinhas, onde são ofertados alguns cursos, aumentando ainda mais as despesas com o Ensino Superior.

Quando se fala em futuro, é notório o desejo das famílias desses jovens de que seus filhos prossigam com os estudos. Esse desejo vem acompanhado da frustração de não poder arcar com os custos. Dessa forma, aqueles que quiserem que seus filhos cursem uma faculdade, acabam tendo que vê-los saindo de casa à procura de emprego. No meio desse contexto, temos ainda a visão de que a única alternativa de mudança ou desenvolvimento econômico e profissional é a migração para o meio urbano e de que não precisa estudar para ficar na roça, ou seja, se ficar não precisa estudar e se estudar não é lucrativo voltar para o campo.

Essa visão que o campo não serve como meio de desenvolvimento, resulta em sérios problemas sociais, dentre os quais se destaca a desvalorização do meio rural, que por sua vez promove o desejo de sair naqueles que procuram melhores condições de vida, educação e trabalho. Isso, por sua vez, acaba gerando enormes perdas culturais no que se refere à identidade do jovem rural. Independente da concretização desse desejo, as perdas são inevitáveis, porque mesmo aqueles que não conseguem sair do campo, acabam tendo que procurar meios de trabalho fora da propriedade rural para terem sua própria renda, ou até mesmo para complementar a renda familiar.

O enfraquecimento da agricultura familiar surge nesse contexto impulsionado pela saída desses jovens, pois ocorre uma significativa perda da contribuição desses sujeitos dentro da propriedade. Diante desse contexto, uma análise possível faz pensar que a realização de formações voltadas para esses sujeitos, com a finalidade de continuar a produção através dessa modalidade de agricultura e promover a desmistificação da visão atrasada de campo poderá contribuir para o desenvolvimento do campo e para o fortalecimento da agricultura familiar.

Seguindo nesse propósito, surge a proposta da Educação do Campo, a qual vem em busca de alternativas para que o jovem rural não precise sair do campo para alcançar seus ideais. Essa proposta defende a valorização dos sujeitos do campo, tanto quanto a agricultura familiar e vem através da luta por políticas públicas, voltadas para o meio rural, contribuir para a formação desses sujeitos, para que sejam agentes ativos de desenvolvimento no meio onde estão inseridos, promovendo assim, a valorização cultural e social da identidade do jovem do campo.

A Educação do Campo tende a contribuir com a continuidade dos estudos pós-Ensino Médio dos jovens, por meio da formação de educadores voltados ao meio rural. Essa formação visa à valorização dos conhecimentos empíricos transmitidos por gerações, que, muitas vezes, são desconsiderados na modalidade tradicional de ensino e possuem papel fundamental para o desenvolvimento econômico, cultural e social do campo. Da mesma forma, propõe uma leitura crítica da realidade na qual esses jovens estão inseridos, tornando-os sujeitos de transformação sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em rumo de conclusão, cabe neste tópico destacar os resultados do que foi alcançado com o estudo, fazendo uma sintetização no que se refere ao objetivo principal do trabalho, a saber: compreender as razões para a descontinuidade nos estudos pós-ensino médio dos jovens do campo de Irineópolis/SC. Ademais, evidenciar as vivências compartilhadas e adquiridas, tanto no tempo que decorreu da pesquisa, quanto do tempo dentro do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFSC.

Realizando as articulações para a elaboração da proposta de estudo, quando foi observado uma tendência de descontinuidade escolar por parte dos Jovens Rurais de Irineópolis/SC no ano de 2014, algumas indagações foram pensadas, em torno do tema, Jovem Rural e Ensino Médio. Dentre as quais, as já destacadas anteriormente: Quais são as razões para a descontinuidade dos estudos de jovens rurais pós-ensino médio? Há outro tipo de formação ofertada para estes jovens? Qual a visão sobre o ensino superior dos jovens que optaram pela agricultura enquanto atividade profissional?

Como destacado no corpo do texto, existem várias questões que envolvem o tema e, conseqüentemente, o Jovem Rural. Um dos principais motivos para o não acesso do Ensino Superior pelos Jovens Rurais seria a questão econômica, como foi evidenciada pela pesquisa. Este resultado se dá pela desvalorização do Campo, essa desvalorização assume um efeito cascata que afeta diretamente o Jovem Rural, trazendo enormes perdas culturais e sociais. Contudo, a pesquisa proporcionou mostrar o desejo por parte das famílias e dos próprios Jovens Rurais em seguir com os estudos. Este desejo se fortalece, com a ideia de aplicar os conhecimentos de uma formação superior na própria propriedade e, claro, dentro da comunidade.

Ao findar a pesquisa, e o curso, a proposta de Educação do Campo, serve para preencher essas lacunas existentes no Campo, trazendo desenvolvimento do Campo

para o Campo. Destacado aqui, que o Campo se desenvolve efetivamente através de suas lutas, histórias, vivências, culturas do povo trabalhador.

Quanto ao meu processo no curso, pensando em desenvolvimento pessoal, posso afirmar com absoluta certeza que, a partir do meu ingresso no curso LEdoC/USFC, estive em constante transformação. As concepções de mundo a que tive acesso dentro do curso, as experiências vividas e os ensinamentos que obtive, carrego comigo desde então. Esses ensinamentos contribuíram efetivamente na construção da pessoa que sou hoje, pessoa crítica, capaz de enxergar e trabalhar para que o campo seja reconhecido pelas suas conquistas e saberes, que desempenha um papel muito importante no desenvolvimento de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. In: Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural. Brasília, 1997. (Texto para discussão, 29).

ABRAMOVAY, Ricardo (coord.) et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. E-book. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131546>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

ALMEIDA, Jalcione. **Pesquisa agrícola, agricultura familiar e sustentabilidade: texto que serviu de subsídio a uma palestra no centro nacional de pesquisa de trigo**– Embrapa, Passo Fundo/RS. 1997.

ANTONIN, Darlan Rosso. EUZÉBIO, Carlos Augusto. **O professor ACT: análise e discussão sobre essa condição e suas implicações nas relações didático-pedagógicas na educação física**.S/D

ARROYO, Miguel G. Escola Cidadania e Participação no Campo. **Em Aberto**. Brasília: nº 9, Set, 1992.

BORBA, Rodrigo Alves. SERENISKI, Anildo G. MASSANEIRO, Flavio. **Relatório do contexto escolar**. Irineópolis-SC. 2012/UFSC (N.P.)

BRASIL. CADERNOS SECAD 2. **Referências Para Uma Política Nacional de Educação do Campo - cadernos de subsídios**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fl5e3lqtyCoJ:pedagogia.dmd2.webfactional.com/media/anais/528.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

BRASIL, FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

BRASIL, IBGE - **Área territorial**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 13 de janeiro de 2018.

BRASIL, IBGE. **Censo Populacional 2010** – características gerais da população. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em; 10 de janeiro de 2018.

BRASIL, IBGE - **Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_dtb_int.shtm. Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

BRASIL, Ministério Da Educação, **Parecer conselho nacional de educação: Câmara de Educação Básica**. N.º: 36/2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13251-parecer-ceb-2001>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: Novas identidades em construção, estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998.

CASTRO, Elisa Guanará de. **Entre ficar e sair: Uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, contribuições para o debate**. Antropologia Social - Museu Nacional/UFRRJ – UFRRural/RJ. 2004.

CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz; ROVER, Oscar José. **Estudo socioeconômico a partir da disciplina vivência em agricultura familiar no município de Irineópolis – SC**. UFSC/CCA, 2014.

CORREA, Edelmira P.; SUMPSI, José M.A **encruzilhada estratégica do Brasil rural in: políticas, instrumentos y experiencias de desarrollo rural em américa latina y europa**. Madrid, 2001.

DALCIN, D.; TROIAN, A. **Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso**. I Seminário Nacional de Sociologia e Política. UFPR, 2009.

FERNANDES, Bernardo M.; CERIOLI, P. R. e CALDART, Roseli S. Primeira Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel G., CALDART, Roseli. S; MOLINA, Mônica C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIGUEIRA, Josué Silva; RIBAMAR, José de. **Educar para agir: refletindo sobre a educação do campo e o conceito de liberdade em Hanna Harendt**. Perspectiva, 2011.

GOOGLE MAPS. Conteúdo aberto. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Irine%C3%B3polis,+SC,+89440-000/@-26.2411835,-50.8011389,703m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94e6fbc8d5ece07b:0x17bc8662dcbc01eb!8m2!3d-26.2429228!4d-50.795168>. Acesso em 19 de dezembro de 2017.

GONÇALVES, José Alfredo. **Migrações internas: evoluções e desafios**. São Paulo, Estud, 2001.

HENRIQUES, Ricardo: et al. **Educação do Campo: Diferenças mudando paradigmas**. SECAD. Brasília – DF, 2007.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Rio de Janeiro, IPEA, 2008. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/16_completo.pdf. Acesso em 14 de janeiro de 2018.

IRINEÓPOLIS. Santa Catarina. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal Decenal de Educação de Irineópolis/SC (PMDE). 2015.** Disponível em: https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/1434028674_lei_n_1.8432015.docx. Acesso em: 17 de fevereiro de 2018.

LAVILLE, C. DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia em pesquisa em ciências humanas.** Belo Horizonte: Artmed/Editora UFMG, 1999.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação** 2004, vol 06, 1997.

MARTINS, Fernando José. **Educação do campo: processo de ocupação social e escolar.** Congresso Internacional da pedagogia social, São Paulo, 2009.

MARX, K. **Ensaio.** São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Livro I, cap. III).

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes taxa de escolarização: dicionário interativo da educação brasileira - Educabrazil.** São Paulo: Midiamix, 2001.

MENEZES, Isabela Gonçalves de. **Jovens rurais do sertão sergipano: escolarização, saberes cotidiano no campo.** EDUCERE – XI Congresso Nacional de Educação. Pontifícia Universidade Católica do PR. Curitiba, 2013.

MENEZES, Isabela Gonçalves de. Enxada versus caneta: educação como prerrogativa do urbano no imaginário de jovens rurais. **Revista Eletrônica de Educação**, UFSCAr, v. 3, n. 1, mai. 2009.

NAWROSKI, Alcione. **Aproximações entre a escola nova e a pedagogia da alternância.** Florianópolis: UFSC, 2010. 152p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

OBSERVATÓRIO PNE. Metas do PNE Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/12-ensino-superior/indicadores#porcentagem-de-matriculas-na-educacao-superior-em-relacao-a-populacao-de-18-a-24-anos> acesso em 13 de fevereiro de 2018.

PAITER, Leila, BRITTO, Néli S. Aproximações entre a Investigação Temática e a experiência docente em uma escola do campo em Irineópolis/SC. **Atas do XII Encontro de Investigação na Escola** – Compartilhar conhecimentos e práticas: um desafio para os educadores. UFSM, Santa Maria, 2013.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: 2000.

SANTA CATARINA. Secretaria Estadual de Educação. **Plano Estadual de Educação (PEE) - 2015-2024.** Florianópolis, 2005.

SANTA CATARINA. Secretaria Estadual de Educação. **Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Básica Horácio Nunes**. Irineópolis, 2012 – 2014.

SIQUEIRA, Luisa H. Schwantz de. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SOARES, Juliana Machado; GOMES, Leda. A vivência escolar primária e a sua influência na decisão pela continuidade dos estudos acadêmicos. **Boletim de Iniciação Científica em Psicologia**, Vol. 2, n.1, Faculdade de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo, 2001.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

STROPASOLAS, Valmir L. **Conflitos de valores nas relações de sociabilidade entre os jovens rurais**. X Reunião de Antropologia do Mercosul, 2013. Córdoba – Argentina. ANAIS da X RAM, 2013.

VENTURA, Magda M.O estudo de caso como modalidade de pesquisa: pedagogia médica. **Rev. SOCERJ**. Vol 01, 2007, Rio de Janeiro, 2007

VIERA, Paulo de Tarso L, et al. **Novo retrato da agricultura familiar: Brasil redescoberto**, Brasília, VBP, 2000.

APÊNDICE

Roteiro de pesquisa

1. Qual seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Qual seu estado civil?
4. Você tem filhos?
5. Qual a profissão de seu pai e mãe?
6. No caso de serem agricultores, o que produzem?
7. Você trabalha na agricultura? Se você não for agricultor/a, responda onde/com o que você trabalha atualmente.
8. Caso você seja agricultor, trabalha com seus pais? Caso negativo, onde trabalha? O que produz?
9. Até que séries seus pais estudaram?
10. Você tem irmãos? Se sim, eles estudam ou até que séries estudaram?
11. Você tem algum irmão ou irmã que fez (está fazendo) ensino superior? Caso tenha algum/a irmã/ão que tenha cursado ensino superior, identifique sua profissão atual.
12. Você mora com seus pais? Caso não more, com que idade saiu de casa, qual a razão e onde mora atualmente (cidade, campo)?
13. Quais razões que levaram você a não ter dado continuidade aos estudos, após finalizar o ensino médio (não acessar o ensino superior)?
14. Você fez/está fazendo algum tipo de formação?
15. Seus pais incentivam você a fazer o ensino superior? Sim, por que? Não, por que?
16. Pretende fazer um curso superior? Sim, por que? Não, por que?